

# **PREGÃO**

## **ELETRÔNICO**

90009/2026-AG

### **CONTRATANTE (UASG)**

ADMINISTRAÇÃO GERAL - CAMPUS DE BOTUCATU (102311)

### **OBJETO**

Aquisição de utensílios para cozinha.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 10.029,54** (dez mil, vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 07/07/2026 às 09h** (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço

### **MODO DE DISPUTA:**

aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" UNESP –  
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026-AG**

(Processo Administrativo nº 121/2026-AG)

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" UNESP**, por meio da **ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CAMPUS DE BOTUCATU**, sediada na **Rua Professor Dr. Mauro Rodrigues de Oliveira, s/nº, Bairro: UNESP – Câmpus de Botucatu, no Estado de São Paulo, CEP: 18.618-688**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de utensílios para cozinha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em 02 (dois) grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos

decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os Grupos 01 (um) e 02 (dois) a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de



enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a *60 (sessenta) dias*, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (*um por cento*).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro,



auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1.Sicaf;

7.1.2.Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3.Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4.Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5.Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6.Relatório de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7.Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
  - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
  - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto



## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação e recebimento pelo e-mail [materiais.btu@unesp.br](mailto:materiais.btu@unesp.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail [materiais.btu@unesp.br](mailto:materiais.btu@unesp.br)

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet:

<https://ape.unesp.br/licitacao>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.1.1. *O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;*

14.2.1.2. *O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.*

14.2.1.3. *A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:*

14.2.1.3.1. *de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.1.3.2. *de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;*

14.2.1.3.3. *de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;*

14.2.1.3.4. *de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;*

14.2.1.3.5. *dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;*



14.2.1.3.6. *de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;*

14.2.1.3.7. *de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.3. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://ape.unesp.br/licitacao>.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
    - 14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
  - 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;
  - 14.15.3. ANEXO II – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;
  - 14.15.4. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
  - 14.15.5. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

Botucatu, 19 de junho de 2026.

**Juliano Contin Ventrella**  
**Diretor Técnico Administrativo**  
**UNESP – Administração Geral do Câmpus de Botucatu**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

## ESP-UNESP-ADMINISTRACAO GERAL-C. BOTUCATU

## Termo de Referência 40/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2026	102311-ESP-UNESP-ADMINISTRACAO GERAL-C. BOTUCATU	LEILA GOMES SANTOS	17/06/2026 08:27 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	43/2026	121/2026-AG

## 1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de utensílios para cozinha e copa, destinados ao atendimento das demandas da Administração Geral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

## GRUPO 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Assadeira com dimensões aproximadas de 22 cm, confeccionada em aço inox, acompanhada de grade de resfriamento em aço inox removível, resistente a altas temperaturas, adequada para uso em forno convencional, de fácil higienização.	485588	unidade	04	R\$ 69,99	R\$ 279,96
02	Assadeira com dimensões aproximadas de 22 cm, confeccionada em aço inox com revestimento antiaderente, resistente a altas temperaturas, adequada para uso em forno convencional, de fácil higienização.	485588	unidade	04	R\$ 55,40	R\$ 221,60
03	Canecão para preparo de café, capacidade mínima de 1 litro, confeccionado em alumínio resistente, com cabo anatômico e reforçado, adequado para uso em fogão a gás.	443821	unidade	01	R\$ 42,68	R\$ 42,68
04	Caneco metálico confeccionado em alumínio, capacidade mínima de 3,2 litros, cabo em baquelite resistente ao calor, sem tampa, apropriado para uso em cozinha.	459291	unidade	02	R\$36,00	R\$ 72,00
05	Chaleira elétrica tipo jarra, confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1,8 litros, com acionamento elétrico, desligamento automático, tampa com trava de segurança, base de apoio e resistência embutida, apropriada para aquecimento de água. 127 volts	602230	unidade	01	R\$ 56,95	R\$ 56,95
06	Colher culinária confeccionada em silicone	609888	unidade	07	R\$ 16,90	



	resistente a altas temperaturas, comprimento aproximado de 34 cm apropriada para preparo de alimentos, de fácil higienização.					R\$ 118,30
07	Colher de pau confeccionada em madeira resistente, tamanho médio, comprimento aproximado de 50 cm, apropriada para preparo de alimentos.	218220	unidade	02	R\$ 32,50	R\$ 65,00
08	Colher de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	633911	unidade	70	R\$ 4,28	R\$ 299,60
09	Colher de mesa ou de sopa confeccionada em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	633910	unidade	40	R\$ 3,90	R\$ 156,00
10	Concha confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 30cm	485586	unidade	01	R\$ 22,71	R\$ 22,71
11	Copo confeccionado em vidro transparente, capacidade mínima de 300 ml, resistente a uso contínuo e lavagens frequentes, apropriado para água e suco.	225746	unidade	06	R\$ 5,22	R\$ 31,32
12	Escorredor para arroz, confeccionado em plástico resistente, tipo vasilha, tamanho médio, apropriado para lavagem e escoamento de alimentos, de fácil higienização. Dimensões: 28cmx20,4cmx16,5cm	395163	unidade	01	R\$ 17,50	R\$ 17,50
13	Escorredor para massas, confeccionado em alumínio resistente, com alças reforçadas, apropriado para escorrer alimentos, resistente ao uso contínuo e de fácil higienização. Dimensões: diâmetro 30cm / profundidade 14cm	471267	unidade	01	R\$ 40,00	R\$ 40,00
14	Escumadeira confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 33cm	632570	unidade	01	R\$ 15,00	R\$ 15,00
15	Espátula confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 34cmx10cm	623408	unidade	01	R\$ 16,30	R\$ 16,30
16	Faca de cozinha confeccionada em aço inox, lâmina resistente e afiada, cabo anatômico em material resistente, apropriada para preparo de alimentos.	631608	unidade	01	R\$ 36,39	R\$ 36,39
17	Faca de mesa confeccionada em aço inox, com lâmina sem ponta ou serrilhada suave, resistente à corrosão e de fácil higienização	270149	unidade	46	R\$ 5,52	R\$ 253,92
18	Faca de pão confeccionada em aço inoxidável, com lâmina serrilhada resistente, cabo anatômico em material resistente, apropriada para corte de pães e alimentos similares, de fácil higienização.	465743	unidade	01	R\$ 25,00	R\$ 25,00
19	Faca de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	294611	unidade	12	R\$ 3,89	R\$ 46,68
20	Frigideira confeccionada em alumínio ou aço inox, com revestimento antiaderente, cabo antitêrmico, apropriada para preparo de alimentos em fogão a gás. Tamanho: 22 a 26cm	616482	unidade	01	R\$ 58,25	R\$ 58,25

21	Garfo de mesa confeccionado em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	437873	unidade	46	R\$ 3,99	R\$ 183,54
22	Garfo de sobremesa confeccionado integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização	242582	unidade	24	R\$ 2,64	R\$ 63,36
23	Garrafa térmica para café, capacidade mínima de 750 ml, ampola interna em vidro ou inox, sistema de conservação térmica para líquidos quentes, tampa com vedação e sistema de servir tipo rolha ou gatilho, corpo resistente.	296181	unidade	01	R\$ 33,03	R\$ 33,03
24	Garrafa térmica confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1 litro, com tampa tipo pressão, ampola inquebrável, apropriada para conservação térmica de líquidos quentes e frios.	624275	unidade	01	R\$ 73,70	R\$ 73,70
25	Garrafa térmica confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1,5 litro, com tampa tipo pressão, ampola inquebrável, apropriada para conservação térmica de líquidos quentes e frios.	468440	unidade	02	R\$ 94,80	R\$ 189,60
26	Jarra para suco com capacidade mínima de 1,5 litro, confeccionada em vidro, com alça e bico direcionador, apropriada para armazenamento e serviço de bebidas.	406737	unidade	01	R\$ 35,25	R\$ 35,25
27	Pá culinária para cortar e servir bolos e tortas, confeccionada em aço inoxidável, medindo aproximadamente 11 cm de comprimento do corpo, 5 cm de largura e 13 cm de comprimento do cabo, resistente e de fácil higienização.	242722	unidade	01	R\$ 9,80	R\$ 9,80
28	Panela de 24 cm, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	615728	unidade	03	R\$ 70,00	R\$ 210,00
29	Panela de 32 cm, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	365869	unidade	03	R\$ 111,40	R\$ 334,20
30	Panela de pressão com capacidade mínima de 6 litros, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, tampa com travamento externo, mínimo de 3 sistemas de segurança, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	616972	unidade	03	R\$ 159,84	479,52
31	Panela de pressão com capacidade mínima de 10 litros, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, tampa com travamento externo, mínimo de 3 sistemas de segurança, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás	421715	unidade	01	R\$ 176,50	R\$ 176,50
32	Panela tamanho médio, confeccionada em alumínio ou aço inox, com tampa, alças resistentes e acabamento de fácil higienização, apropriada para preparo de alimentos, tamanho: 22 a 26 cm	615675	unidade	02	R\$ 61,43	R\$ 122,86
33	Pegador de alimentos confeccionado em aço inoxidável, comprimento aproximado de 28 cm, com bojo dentado em ambos os lados, resistente e de fácil higienização.	443919	unidade	01	R\$ 11,20	R\$ 11,20
34	Pegador de alimentos tipo pegador de salada, confeccionado em aço inoxidável, comprimento aproximado de 28 cm, resistente e de fácil higienização.	464896	unidade	01	R\$ 8,05	R\$ 8,05
35	Porta adoçante confeccionado em <b>porcelana</b>	418676	unidade	04	R\$ 28,00	

	resistente, na cor branca, apropriado para acondicionamento e organização de sachês ou recipientes de adoçante, de fácil higienização.					R\$ 112,00
36	Pote para mantimentos confeccionado em plástico resistente ou vidro, com tampa de vedação, adequado para armazenamento de alimentos secos, empilhável e de fácil higienização, com capacidade: 1,2 litros	330914	unidade	03	R\$ 27,40	R\$ 82,20
37	Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 500ml, tampa plástica com vedação hermética	617395	unidade	10	R\$ 10,80	R\$ 108,00
38	Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 1 litro, tampa plástica com vedação hermética	617394	unidade	08	R\$ 27,25	R\$ 218,00
39	Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 1,3 litro, tampa plástica com vedação hermética	616480	unidade	08	R\$ 37,76	R\$ 302,08
40	Prato fundo confeccionado em vidro resistente, transparente ou incolor, próprio para refeições, resistente a uso doméstico e lavagens frequentes, com 22cm de diâmetro, 3,2cm de profundidade e espessura de 5mm	311419	unidade	06	R\$ 12,14	R\$ 72,84
41	Prato raso confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, com diâmetro aproximado de 24 cm apropriado para refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização	303999	unidade	16	R\$ 12,40	R\$ 198,40
42	Prato de sobremesa confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, apropriado para sobremesas e pequenas refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização.	311418	unidade	12	R\$ 12,05	R\$ 144,60
43	Ralador de alimentos confeccionado em aço inoxidável, tipo manual, com 4 faces de corte, apropriado para uso em cozinha, resistente e de fácil higienização. Medidas:6,5Cx7,5Lx22A	261597	unidade	01	R\$ 12,04	R\$ 12,04
44	Travessa de vidro refratário, dimensões aproximadas de 30 cm x 20 cm, resistente a altas temperaturas, transparente, própria para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer e lava-louças.	454511	unidade	10	R\$ 36,00	R\$ 360,00
45	Xícara para café confeccionada de vidro, acompanhadas de pires, resistentes ao calor, apropriadas para bebidas quentes. Capacidade: de 75 a 90ml	483029	unidade	06	R\$ 11,00	R\$ 66,00
46	Xícara para chá confeccionada em porcelana resistente, na cor branca, capacidade aproximada de 220 ml, acompanhada de pires, apropriada para bebidas quentes e de fácil higienização.	438450	unidade	06	R\$ 21,93	R\$ 131,58

GRUPO 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
47	Caixa plástica organizadora, capacidade mínima de 20 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável e de fácil higienização.	438009	unidade	01	R\$ 30,25	R\$ 30,25

48	Caixa organizadora com capacidade mínima de 40 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável, resistente a impactos leves, com dimensões compatíveis à capacidade especificada.	341772	unidade	16	R\$ 87,88	R\$ 1.406,08
49	Caixa organizadora com capacidade mínima de 100 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável, resistente a impactos leves, com dimensões compatíveis à capacidade especificada.	336582	unidade	06	R\$ 172,00	R\$ 1032,00
50	Lixeira confeccionada em aço inoxidável polido, capacidade mínima de 5 litros, com tampa e pedal, cesto interno em polietileno, dimensões aproximadas de 22 cm de diâmetro e 32 cm de altura, apropriada para coleta seletiva de resíduos.	306966	unidade	06	R\$ 64,00	R\$ 384,00
51	Lixeira confeccionada em aço inoxidável polido, capacidade mínima de 10 litros, formato redondo, com tampa e pedal acoplados, ponteiros protetoras, apropriada para coleta de resíduos.	364224	unidade	02	R\$ 129,00	R\$ 258,00
52	Lixeira confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 20 litros, com tampa e pedal, dimensões aproximadas de 34 cm de diâmetro e 50 cm de altura, com dobradiça resistente, apropriada para coleta de resíduos.	484435	unidade	02	R\$ 157,94	R\$ 315,88
53	Lixeira confeccionada em plástico resistente, capacidade mínima de 30 litros, com tampa, de fácil higienização e resistente ao uso contínuo.	616109	unidade	02	R\$ 57,00	R\$ 114,00
54	Lixeira em plástico resistente, capacidade mínima de 60 litros, com tampa e acionamento por pedal metálico, formato retangular.	617775	unidade	03	R\$ 100,49	R\$ 301,47
55	Lixeira em plástico resistente, capacidade mínima de 100 litros, com tampa e acionamento por pedal metálico, formato retangular.	622324	unidade	02	R\$ 179,00	R\$ 358,00
56	Suporte para copos descartáveis de água, confeccionado em plástico resistente, compatível com copos descartáveis padrão, próprio para fixação em parede.	335646	unidade	01	R\$ 38,65	R\$ 38,65
57	Suporte duplo para copos descartáveis confeccionado em aço inox, compatível com copos descartáveis padrão de 80ml e 200ml, com porta colherzinha, <b>apropriado bancada.</b>	336424	unidade	02	R\$ 55,95	R\$ 111,90
58	Toalha de mesa confeccionada em material plástico impermeável, dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,20 m, resistente à umidade e de fácil limpeza.	630454	unidade	02	R\$ 32,90	R\$ 65,80

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência, foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual no 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.



1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da NOTA DE EMPENHO, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Subcontratação**

1.4. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 48031918000124-0-000004/2026;
- Data de publicação no PNCP: 12/06/2025;
- Id do item no PCA: 117;
- Classe/Grupo: 7240 - RECIPIENTES PARA USO DOMÉSTICO E COMERCIAL
- Identificador da Futura Contratação: 102311-43/2026.

## **3. Descrição da solução como um todo**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser atendidos, sempre que aplicável, os seguintes requisitos:

- a) Preferência por produtos fabricados com materiais recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que compatíveis com a finalidade e economicamente viáveis.
- b) Os utensílios deverão apresentar durabilidade e resistência compatíveis com o uso institucional contínuo, visando à redução da necessidade de substituições frequentes e à minimização da geração de resíduos.
- c) Priorizar, sempre que possível, produtos acondicionados em embalagens recicláveis ou com redução de excesso de embalagem, observando-se as práticas de consumo sustentável.

#### **Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. Para o item 57 produto precisa ser compatível com a imagem abaixo, para os demais itens não se aplica.



#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não se aplica.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Não se aplica.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não se aplica.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo, seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Prof. Mauro Rodrigues de Oliveira, s/n, Unesp - Campus de Botucatu, CEP 18618-688, no período das 8h às 11h30 e das 14h às 17h.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis .

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.



7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz[ESP1] .

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.21. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.22. Produtor rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.30. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.31. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.33. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.34. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

### **Outras comprovações**

8.35. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.36. Tratando-se de consórcio:

8.36.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

## 9. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R\$):** 10.029,54

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.029,54 (dez mil, vinte e nove reais e cinquenta centavos), conforme custo unitário apostado na tabela do Item 1 do presente Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: Administração Geral do Campus de Botucatu;
- II. Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro do Estado
- III. Programa de Trabalho: 12.122.4807.6351 - Apoio Técnico Adm. do Ensino Superior;
- IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.13

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NILO FLAVIO DEPLACIDO**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 17:27:15.

**RICARDO BENEDITO FONTE BASSO**

Solicitante



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 08:27:08.

**GUSTAVO MARCELINO DE AMORIM**

Solicitante



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:34:02.



**ELIDA DANIELE DE ANTONIO**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:52:17.*

**TATIANE DE FATIMA PINEIZ**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:58:52.*

**ERIC DE MORAES GOMES**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 16:19:27.*

**PRISCILLA DIAS DOS SANTOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:56:53.*

**MERARI DE SOUZA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:44:20.*

**ANEXO I.1**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## ESP-UNESP-ADMINISTRACAO GERAL-C. BOTUCATU

**Estudo Técnico Preliminar 10/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 121/2026-AG

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Trata-se da necessidade de aquisição de utensílios para cozinha e copa, destinados ao atendimento das demandas da Administração Geral.

2.1.1. A necessidade de aquisição de utensílios para cozinha e copa fundamenta-se na garantia de condições adequadas para o preparo, acondicionamento, servir e consumo de alimentos e bebidas, proporcionando melhor suporte às atividades administrativas, reuniões institucionais, recepção de usuários e rotinas internas desenvolvidas pela Administração, bem como ao preparo e fornecimento de alimentação às crianças atendidas pelo CEI - Centro de Educação Infantil.

2.1.2. Ademais, a aquisição desses materiais contribui para a adequada organização e funcionamento dos ambientes de copa e cozinha, assegurando melhores condições de higiene, praticidade, conservação e segurança durante a utilização dos utensílios pelos servidores, usuários e equipe responsável pelo preparo das refeições destinadas às crianças. Ressalta-se, ainda, que a substituição de itens desgastados, danificados ou insuficientes evita prejuízos à execução das atividades institucionais, assegura maior eficiência no atendimento das demandas alimentares e contribui para a preservação do patrimônio público.

2.1.3. Por fim, destaca-se que a presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), evidenciando o planejamento prévio, a necessidade real do objeto e a legitimidade da adoção do procedimento licitatório pertinente.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Centro de Convivência Infantil	Gislene Maria Leite Paixão
Seção Técnica de Saúde	Raquel Colenci
Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação	Élida Daniele De Antonio
Preidência do GAC	Tatiane de Fatima Pineiz Biondo
Assessoria Jurídica	Éric de Moraes Gomes

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação tem por objetivo a aquisição de utensílios para cozinha e copa destinados ao atendimento contínuo das necessidades da Administração Geral, visando assegurar condições adequadas de apoio às atividades institucionais, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

4.2. Os bens a serem contratados deverão atender aos seguintes requisitos:

4.2.1. Os utensílios deverão atender integralmente à legislação vigente e às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança, qualidade e adequação para contato com alimentos, quando cabível.

4.2.2. Os itens deverão ser compatíveis com o uso institucional, atendendo às necessidades reais da Administração, sem especificações excessivas ou restritivas à competitividade.

4.2.3. As especificações deverão ser claras, suficientes e objetivas, descrevendo características essenciais como material de fabricação, dimensões, capacidade, acabamento, resistência, unidade de fornecimento e acondicionamento, vedada a indicação de marcas, salvo nas hipóteses legalmente justificadas.

4.2.4. Os utensílios deverão apresentar qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com a finalidade pretendida, assegurando desempenho adequado durante a utilização rotineira.

4.2.5. Sempre que viável, deverão ser adotados critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, tais como a preferência por materiais recicláveis, produtos com maior vida útil ou menor impacto ambiental.

4.2.6. Os produtos deverão ser seguros aos usuários, devendo apresentar acabamento adequado, sem irregularidades ou defeitos que comprometam sua utilização.

4.2.7. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com embalagens íntegras e adequadas ao transporte e armazenamento, observando-se as condições estabelecidas para recebimento e aceitação do objeto.

4.2.8. A contratação deverá, sempre que possível, observar critérios de padronização, visando facilitar o controle patrimonial, a reposição dos itens e a gestão dos materiais utilizados pela Administração.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Com base nos requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, foram realizados levantamentos de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis capazes de atender às necessidades da Administração, considerando-se os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização e compatibilidade com o uso institucional, bem como os respectivos preços praticados.

5.2. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Geral – Campus Botucatu, tendo sido precedida de levantamento prévio das demandas das unidades requisitantes, com análise consolidada das necessidades, de modo a assegurar a compatibilidade entre o objeto a ser contratado e as reais demandas administrativas.

5.3. No âmbito do processo de planejamento da contratação, procedeu-se à revisão e atualização dos descritivos dos itens, bem como à verificação dos respectivos códigos CATMAT (Catálogo de Materiais do Portal de Compras do Governo Federal), visando garantir a padronização, a clareza das especificações e a aderência às práticas de mercado.

5.4. Os utensílios para cozinha e copa objeto desta contratação caracterizam-se como bens comuns, amplamente comercializados no mercado nacional, com oferta diversificada por múltiplos fornecedores, não havendo restrições quanto à sua disponibilidade ou competitividade.

5.5. Considerando as características do objeto, a ampla oferta no mercado e o fato de se tratar de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conclui-se que a licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço, é a solução que melhor atende à demanda apresentada, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.6. O levantamento de mercado demonstrou que a solução adotada é aquela que melhor se adequa aos requisitos definidos, promovendo maior competitividade entre os fornecedores e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

5.7. Observou-se, ainda, que os produtos apresentam características padronizadas de fabricação e utilização, o que possibilita a definição objetiva das especificações técnicas e contribui para a adequada gestão e reposição dos materiais.

5.8. O levantamento de mercado foi realizado previamente à elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 67.888/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para definição do valor estimado da contratação.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta consiste na aquisição planejada de utensílios para cozinha e copa, por meio de procedimento licitatório que assegure o fornecimento de itens adequados às necessidades da Administração, com qualidade, regularidade e economicidade, garantindo suporte adequado às atividades institucionais desenvolvidas nos ambientes de copa e cozinha.

- 6.2. A contratação abrangerá itens de uso comum, com especificações técnicas objetivas e padronizadas, amplamente disponíveis no mercado nacional, permitindo ampla competitividade entre os fornecedores. Os produtos deverão possuir qualidade compatível com o uso institucional e apresentar condições adequadas de transporte, armazenamento e utilização.
- 6.3. A solução adotada contempla a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço, por se tratar de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 6.4. Além disso, a solução considera a padronização dos utensílios, a racionalização do consumo e a otimização da gestão dos materiais, contribuindo para a eficiência administrativa, a redução de desperdícios e a continuidade das atividades institucionais. Sempre que viável, serão observados critérios de sustentabilidade, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável previstas na legislação vigente.
- 6.5. Dessa forma, a solução como um todo atende ao interesse público, assegura o atendimento às demandas institucionais de forma eficiente e econômica e está alinhada ao planejamento da Administração e às boas práticas de governança e gestão das contratações públicas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### CEI - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Panela de pressão com capacidade mínima de 6 litros, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, tampa com travamento externo, mínimo de 3 sistemas de segurança, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	unidade	03
Lixeira em plástico resistente, capacidade mínima de 60 litros, com tampa e acionamento por pedal metálico, formato retangular.	unidade	03
Lixeira em plástico resistente, capacidade mínima de 100 litros, com tampa e acionamento por pedal metálico, formato retangular.	unidade	02
Panela de 32 cm, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	unidade	03
Panela de 24 cm, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	unidade	03
Colher de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	36
Colher culinária confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, comprimento aproximado de 34 cm apropriada para preparo de alimentos, de fácil higienização.	unidade	06
Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 1 litro, tampa plástica com vedação hermética	unidade	08
Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 1,3 litro, tampa plástica com vedação hermética	unidade	08
Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 500ml, tampa plástica com vedação hermética	unidade	10
Travessa de vidro refratário, dimensões aproximadas de 30 cm x 20 cm, resistente a altas temperaturas, transparente, própria para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer e lava-louças.	unidade	10
Caixa organizadora com capacidade mínima de 40 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável, resistente a impactos leves, com dimensões compatíveis à capacidade especificada.	unidade	15
Caixa organizadora com capacidade mínima de 100 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável,	unidade	06



resistente a impactos leves, com dimensões compatíveis à capacidade especificada		
Assadeira com dimensões aproximadas de 22 cm, confeccionada em aço inox, acompanhada de grade de resfriamento em aço inox removível, resistente a altas temperaturas, adequada para uso em forno convencional, de fácil higienização.	unidade	04
Assadeira com dimensões aproximadas de 22 cm, confeccionada em aço inox com revestimento antiaderente, resistente a altas temperaturas, adequada para uso em forno convencional, de fácil higienização.	unidade	04

## STS - SEÇÃO TÉCNICA DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Garrafa térmica para café, capacidade mínima de 750 ml, ampola interna em vidro ou inox, sistema de conservação térmica para líquidos quentes, tampa com vedação e sistema de servir tipo rolha ou gatilho, corpo resistente.	unidade	01
Canecão para preparo de café, capacidade mínima de 1 litro, confeccionado em alumínio resistente, com cabo anatômico e reforçado, adequado para uso em fogão a gás.	unidade	01
Prato fundo confeccionado em vidro resistente, transparente ou incolor, próprio para refeições, resistente a uso doméstico e lavagens frequentes, com 22cm de diâmetro, 3,2cm de profundidade e espessura de 5mm	unidade	06
Colher de sopa confeccionada em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	06
Garfo de mesa confeccionado em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Faca de mesa confeccionada em aço inox, com lâmina sem ponta, serrilhada suave, resistente à corrosão e de fácil higienização.	unidade	12
Faca de cozinha confeccionada em aço inox, lâmina resistente e afiada, cabo anatômico em material resistente, apropriada para preparo de alimentos.	unidade	01
Faca para pão confeccionada em aço inoxidável, com lâmina serrilhada resistente, cabo anatômico em material resistente, apropriada para corte de pães e alimentos similares, de fácil higienização.	unidade	01
Pote para mantimentos com tampa de vedação, adequado para armazenamento de alimentos secos, empilhável e de fácil higienização. Material: plástico ou vidro.	unidade	03
Copo confeccionado em vidro transparente, capacidade mínima de 300 ml, resistente a uso contínuo e lavagens frequentes, apropriado para água e suco.	unidade	06
Caixa plástica organizadora, capacidade mínima de 40 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável e de fácil higienização.	unidade	01
Caixa plástica organizadora, capacidade mínima de 20 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável e de fácil higienização.	unidade	01
Toalha de mesa confeccionada em material plástico impermeável, dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,20 m, resistente à umidade e de fácil limpeza.	unidade	02
Jarra para suco com capacidade mínima de 1,5 litro, confeccionada em vidro, com alça e bico direcionador, apropriada para armazenamento e serviço de bebidas.	unidade	01
Xícaras para café confeccionadas em vidro, acompanhadas de pires, resistentes ao calor, apropriadas para bebidas quentes. Capacidade: de 75 a 90 ml	unidade	06
Frigideira confeccionada em alumínio ou aço inox, com revestimento antiaderente, cabo antitérmico, apropriada para preparo de alimentos em fogão a gás, tamanho 22 a 26cm	unidade	01
Panela de tamanho médio, confeccionada em alumínio ou aço inox, com tampa, alças resistentes e acabamento de fácil higienização, apropriada	unidade	02

para preparo de alimentos, tamanho 22 a 26cm		
Suporte para copos descartáveis de água, confeccionado em plástico resistente, compatível com copos descartáveis padrão, próprio para fixação em parede.	unidade	01
Lixeira confeccionada em plástico resistente, capacidade mínima de 30 litros, com tampa, de fácil higienização e resistente ao uso contínuo.	unidade	02

#### **DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Panela de pressão com capacidade mínima de 10 litros, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, tampa com travamento externo, mínimo de 3 sistemas de segurança, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.	unidade	01
Escorredor para massas, confeccionado em alumínio resistente, com alças reforçadas, apropriado para escorrer alimentos, resistente ao uso contínuo e de fácil higienização. Dimensões: Diâmetro 30cm / Profundidade 14cm	unidade	01
Escorredor para arroz, confeccionado em plástico resistente, tipo vasilha, tamanho médio, apropriado para lavagem e escoamento de alimentos, de fácil higienização. Dimensões: 28cmx20,4cmx16,5cm	unidade	01
Faca de mesa confeccionada em aço inox, com lâmina sem ponta ou serrilhada suave, resistente à corrosão e de fácil higienização.	unidade	12
Garfo de mesa confeccionado em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Colher de sopa confeccionada em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Faca de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Garfo de sobremesa confeccionado integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Colher de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Pá culinária para cortar e servir bolos e tortas, confeccionada em aço inoxidável, medindo aproximadamente 11 cm de comprimento do corpo, 5 cm de largura e 13 cm de comprimento do cabo, resistente e de fácil higienização.	unidade	01
Concha confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 30cm	unidade	01
Colher culinária confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo de alimentos, de fácil higienização.	unidade	01
Escumadeira confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 33cm	unidade	01
Espátula confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 34cmx10cm	unidade	01
Pegador de alimentos confeccionado em aço inoxidável, comprimento aproximado de 28 cm, com bojo dentado em ambos os lados, resistente e de fácil higienização.	unidade	01
Pegador de alimentos tipo pegador de salada, confeccionado em aço inoxidável, comprimento aproximado de 28 cm, resistente e de fácil higienização.	unidade	01
Colher de pau confeccionada em madeira resistente, tamanho médio, comprimento aproximado de 50 cm, apropriada para preparo de alimentos.	unidade	02
Caneco metálico confeccionado em alumínio, capacidade mínima de 3,2 litros, cabo em baquelite resistente ao calor, sem tampa, apropriado para uso em cozinha.	unidade	02
Garrafa térmica confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de	unidade	02

1,5 litro, com tampa tipo pressão, ampola inquebrável, apropriada para conservação térmica de líquidos quentes e frios.		
Ralador de alimentos confeccionado em aço inoxidável, tipo manual, com 4 faces de corte, apropriado para uso em cozinha, resistente e de fácil higienização. Medidas: 6,5Cx7,5Lx22A	unidade	01
Lixeira confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 20 litros, com tampa e pedal, dimensões aproximadas de 34 cm de diâmetro e 50 cm de altura, com dobradiça resistente, apropriada para coleta de resíduos.	unidade	02
Lixeira confeccionada em aço inoxidável polido, capacidade mínima de 10 litros, formato redondo, com tampa e pedal acoplados, ponteiros protetoras, apropriada para coleta de resíduos.	unidade	02
Lixeira confeccionada em aço inoxidável polido, capacidade mínima de 5 litros, com tampa e pedal, cesto interno em polietileno, dimensões aproximadas de 22 cm de diâmetro e 32 cm de altura, apropriada para coleta seletiva de resíduos.	unidade	06

#### GAC - PRESIDÊNCIA DO GRUPO ADMINISTRATIVO DO CAMPUS

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Prato raso confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, com diâmetro aproximado de 24 cm apropriado para refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização.	unidade	06
Prato de sobremesa confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, apropriado para sobremesas e pequenas refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização.	unidade	12
Garfo de mesa confeccionado em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Faca de mesa confeccionada em aço inox, com lâmina sem ponta ou serrilhada suave, resistente à corrosão e de fácil higienização.	unidade	12
Colher de sopa confeccionada em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Colher de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Garfo de sobremesa confeccionado integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	12
Xícara para chá confeccionada em porcelana resistente, na cor branca, capacidade aproximada de 220 ml, acompanhada de pires, apropriada para bebidas quentes e de fácil higienização.	unidade	06
Suporte para copos descartáveis confeccionado em aço inox, compatível com copos descartáveis padrão de 80ml e 200ml, apropriado bancada.	unidade	02
Porta adoçante confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, apropriado para acondicionamento e organização de sachês ou recipientes de adoçante, de fácil higienização.	unidade	04

#### AJ - ASSESSORIA JURÍDICA

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Chaleira elétrica tipo jarra, confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1,8 litros, com acionamento elétrico, desligamento automático, tampa com trava de segurança, base de apoio e resistência embutida, apropriada para aquecimento de água. 127 volts	unidade	01
Prato raso confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, com diâmetro aproximado de 24 cm apropriado para refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização.	unidade	10
Garfo de mesa confeccionado em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	10

Faca de mesa confeccionada em aço inox, com lâmina sem ponta ou serrilhada suave, resistente à corrosão e de fácil higienização.	unidade	10
Colher de sopa confeccionada em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	10
Colher de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.	unidade	10
Garrafa térmica confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1 litro, com tampa tipo pressão, ampola inquebrável, apropriada para conservação térmica de líquidos quentes e frios.	unidade	01

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 10.029,54

8.1. O valor inicialmente estimado para a contratação é de R\$ 10.029,54 (dez mil, vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) .

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A licitação será realizada em LOTE ÚNICO.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Os itens desta solução constam na listagem do Plano de Contratação Anual vigente da da Administração Geral de Campus de Botucatu, lançada no PGC. Assim, demonstram o alinhamento entre a aquisição e o planejamento desta Universidade.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantia de condições adequadas de segurança e proteção aos servidores, assegurando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual apropriados às atividades desempenhadas no âmbito da Administração Geral.

12.2. Redução dos riscos de acidentes de trabalho e da exposição dos servidores a agentes nocivos, contribuindo para a preservação da saúde e da integridade física dos usuários dos equipamentos.

12.3. Continuidade das atividades administrativas e operacionais, evitando desabastecimentos que possam comprometer a execução regular dos serviços públicos e a segurança dos servidores.

12.4. Economicidade na aplicação dos recursos públicos, por meio da seleção da proposta mais vantajosa, assegurada pela ampla competitividade do certame.

12.5. Padronização dos equipamentos utilizados, facilitando o controle de estoque, a logística de distribuição, a reposição dos materiais e a racionalização do consumo, reduzindo desperdícios e retrabalhos.

12.6. Eficiência na gestão da contratação, com especificações objetivas e alinhadas às práticas de mercado, proporcionando maior transparência, competitividade e segurança jurídica ao processo.

12.7. Atendimento às normas legais e regulamentares vigentes, especialmente às Normas Regulamentadoras relativas à saúde e segurança do trabalho, garantindo a conformidade da Administração com as exigências aplicáveis.

12.8. Promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sempre que viável, mediante a adoção de critérios que considerem maior durabilidade, menor impacto ambiental e utilização de materiais ambientalmente adequados, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

12.9. Melhoria das condições de trabalho e do bem-estar dos servidores, contribuindo para um ambiente institucional mais seguro, funcional e adequado ao desempenho das atividades laborais.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Serão elaborados Termo de Referência (TR), Matriz de Riscos e Edital para viabilizar o processo licitatório para esta contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os potenciais riscos de impactos ambientais para a referida contratação estão pormenorizados em parágrafo específico do termo de referência.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição de utensílios de cozinha mostra-se viável e necessária para garantir o adequado funcionamento das atividades de preparo, manipulação, acondicionamento e distribuição de alimentos. Os itens a serem adquiridos são de uso contínuo, essenciais para a execução dos serviços e para a manutenção das condições de higiene, segurança e eficiência operacional do setor.

A contratação é viável sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que os produtos possuem ampla disponibilidade no mercado, diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda e especificações padronizadas, o que favorece a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, a aquisição contribuirá para a reposição de materiais desgastados ou insuficientes, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NILO FLAVIO DEPLACIDO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 17:26:33.*

**RICARDO BENEDITO FONTE BASSO**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 08:26:37.*

**GUSTAVO MARCELINO DE AMORIM**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:33:33.*

**ELIDA DANIELE DE ANTONIO**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:51:07.*

**TATIANE DE FATIMA PINEIZ**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:59:07.*

**ERIC DE MORAES GOMES**

Solicitante



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 16:14:59.*





**ANEXO III****CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL****PORTARIA UNESP Nº 135, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133-2021 no âmbito da UNESP.

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal 14.133-2021, expede a seguinte Portaria:

**Capítulo I****Das Disposições Preliminares**

**Artigo 1º** - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

**Capítulo II****Das Definições**

**Artigo 2º** - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal 14.133-2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

- Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

- Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

- Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

- Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 dias da ordem de fornecimento ou de execução.

- Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 UFESPs.

- Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta- Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

### Capítulo III

#### Das Infrações

**Artigo 3º** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal 14.133-2021:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei 12.846, de 1-8-2013

## Capítulo IV

### Das Sanções

#### Seção I

#### Das Espécies de Sanções

**Artigo 4º** - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal 14.133-2021:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1º** - Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

**§2º** - A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.

**§3º** - Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, sob pena

de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

**§4º** - Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal 14.133- 2021.

## Seção II

### Das Sanções de Advertência

**Artigo 5º** - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## Seção III

### Da Sanção de Multa

**Artigo 6º** - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - multa compensatória de 10% do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - multa compensatória de 20% do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - multa compensatória de 30% do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - multa contratual de 2%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) multa de mora de 0,3%, calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) multa de mora de 0,4% calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.



**§1º** - Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

**§2º** - As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

**§3º** - A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% do valor contratado.

**§4º** - Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

**§5º** - As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

1. descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
2. compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
3. cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
4. cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

**§6º** - Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

**§7º** - No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

**§8º** - A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

1. após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas,



no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados;

2. a contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação;

3. a contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

**§9º** - O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

#### Seção IV

##### Do Impedimento de Licitar e Contratar

**Artigo 7º** - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 anos.

**Parágrafo único** - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

#### Seção V

##### Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

**Artigo 8º** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria,

e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

**Artigo 8º** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

## Seção VI

### Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

**Artigo 9º** - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal 14.133-2021.

**Artigo 10** - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

- nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado;

I - as sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada;

II - a Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal 14.133-2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal 12.846, de 1-8-2013;

III - a extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal 9.830-2019;

IV - para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal 4.657-

1942, modificada pela Lei 13.655-2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal 9.830-2019 que o regulamenta.

## Seção VII

### Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

**Artigo 11** - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único** - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual 10.177-1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

## Seção VIII

### Dos Cadastros e Comunicações

**Artigo 12** - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

**Artigo 13** - No prazo máximo 15 dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

**Parágrafo único** - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei 14.133-2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

**Artigo 14** - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## Capítulo V

### Das Disposições Finais

**Artigo 15** - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 16** - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

**Artigo 17** – Permanecem regidos pela Portaria UNESP 6, de 13-1-2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei 8.666- 1993 ou da Lei 10.520-2002.

**Artigo 18** - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO IV

### MODELOS REFERENTES A PLANILHA DE PROPOSTA

#### TIMBRE

#### CNPJ DA EMPRESA

#### GRUPO 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Assadeira com dimensões aproximadas de 22 cm, confeccionada em aço inox, acompanhada de grade de resfriamento em aço inox removível, resistente a altas temperaturas, adequada para uso em forno convencional, de fácil higienização.						
2	Assadeira com dimensões aproximadas de 22 cm, confeccionada em aço inox com revestimento antiaderente, resistente a altas temperaturas, adequada para uso em forno convencional, de fácil higienização.						
3	Canecão para preparo de café, capacidade mínima de 1 litro, confeccionado em alumínio resistente, com cabo anatômico e reforçado, adequado para uso em fogão a gás						



4	Caneco metálico confeccionado em alumínio, capacidade mínima de 3,2 litros, cabo em baquelite resistente ao calor, sem tampa, apropriado para uso em cozinha.						
5	Chaleira elétrica tipo jarra, confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1,8 litros, com acionamento elétrico, desligamento automático, tampa com trava de segurança, base de apoio e resistência embutida, apropriada para aquecimento de água. 127 volts						
6	Colher culinária confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, comprimento aproximado de 34 cm apropriada para preparo de alimentos, de fácil higienização.						
7	Colher de pau confeccionada em madeira resistente, tamanho médio, comprimento aproximado de 50 cm, apropriada para preparo de alimentos.						
8	Colher de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.						
9	Colher de mesa ou de sopa confeccionada em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.						



10	Concha confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 30cm						
11	Copo confeccionado em vidro transparente, capacidade mínima de 300 ml, resistente a uso contínuo e lavagens frequentes, apropriado para água e suco.						
12	Escorredor para arroz, confeccionado em plástico resistente, tipo vasilha, tamanho médio, apropriado para lavagem e escoamento de alimentos, de fácil higienização. Dimensões: 28cmx20,4cmx16,5cm						
13	Escorredor para massas, confeccionado em alumínio resistente, com alças reforçadas, apropriado para escoar alimentos, resistente ao uso contínuo e de fácil higienização. Dimensões: diâmetro 30cm / profundidade 14cm						
14	Escumadeira confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 33cm						
15	Espátula confeccionada em silicone resistente a altas temperaturas, apropriada para preparo e manuseio de alimentos, de fácil higienização. Tamanho: 34cmx10cm						

16	Faca de cozinha confeccionada em aço inox, lâmina resistente e afiada, cabo anatômico em material resistente, apropriada para preparo de alimentos.						
17	Faca de mesa confeccionada em aço inox, com lâmina sem ponta ou serrilhada suave, resistente à corrosão e de fácil higienização						
18	Faca de pão confeccionada em aço inoxidável, com lâmina serrilhada resistente, cabo anatômico em material resistente, apropriada para corte de pães e alimentos similares, de fácil higienização.						
19	Faca de sobremesa confeccionada integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.						
20	Frigideira confeccionada em alumínio ou aço inox, com revestimento antiaderente, cabo antitérmico, apropriada para preparo de alimentos em fogão a gás. Tamanho: 22 a 26cm						
21	Garfo de mesa confeccionado em aço inox, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil higienização.						
22	Garfo de sobremesa confeccionado integralmente em aço inoxidável, resistente à corrosão, acabamento liso e de fácil						

	higienização						
23	Garrafa térmica para café, capacidade mínima de 750 ml, ampola interna em vidro ou inox, sistema de conservação térmica para líquidos quentes, tampa com vedação e sistema de servir tipo rolha ou gatilho, corpo resistente						
24	Garrafa térmica confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1 litro, com tampa tipo pressão, ampola inquebrável, apropriada para conservação térmica de líquidos quentes e frios.						
25	Garrafa térmica confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 1,5 litro, com tampa tipo pressão, ampola inquebrável, apropriada para conservação térmica de líquidos quentes e frios.						
26	Jarra para suco com capacidade mínima de 1,5 litro, confeccionada em vidro, com alça e bico direcionador, apropriada para armazenamento e serviço de bebidas.						
26	Pá culinária para cortar e servir bolos e tortas, confeccionada em aço inoxidável, medindo aproximadamente 11 cm de comprimento do corpo, 5 cm de largura e 13 cm de comprimento do cabo, resistente e de fácil higienização.						
28	Panela de 24 cm, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.						

29	Panela de 32 cm, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás						
30	Panela de pressão com capacidade mínima de 6 litros, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, tampa com travamento externo, mínimo de 3 sistemas de segurança, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás.						
21	Panela de pressão com capacidade mínima de 10 litros, corpo em alumínio com revestimento antiaderente, tampa com travamento externo, mínimo de 3 sistemas de segurança, cabos antitérmicos, compatível com fogão a gás						
32	Panela tamanho médio, confeccionada em alumínio ou aço inox, com tampa, alças resistentes e acabamento de fácil higienização, apropriada para preparo de alimentos, tamanho: 22 a 26 cm						
33	Pegador de alimentos confeccionado em aço inoxidável, comprimento aproximado de 28 cm, com bojo dentado em ambos os lados, resistente e de fácil higienização.						
34	Pegador de alimentos tipo pegador de salada, confeccionado em aço inoxidável, comprimento aproximado de 28 cm, resistente e de fácil higienização.						

35	Porta adoçante confeccionado em <b>porcelana</b> resistente, na cor branca, apropriado para acondicionamento e organização de sachês ou recipientes de adoçante, de fácil higienização.						
36	Pote para mantimentos confeccionado em plástico resistente ou vidro, com tampa de vedação, adequado para armazenamento de alimentos secos, empilhável e de fácil higienização, com capacidade: 1,2 litros						
37	Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 500ml, tampa plástica com vedação hermética.						
38	Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 1 litro, tampa plástica com vedação hermética						
39	Pote para armazenamento de alimentos em vidro refratário, capacidade de 1,3 litro, tampa plástica com vedação hermética						
40	Prato fundo confeccionado em vidro resistente, transparente ou incolor, próprio para refeições, resistente a uso doméstico e lavagens frequentes, com 22cm de diâmetro, 3,2cm de profundidade e espessura de 5mm						

41	Prato raso confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, com diâmetro aproximado de 24 cm apropriado para refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização						
42	Prato de sobremesa confeccionado em porcelana resistente, na cor branca, apropriado para sobremesas e pequenas refeições, resistente a lavagens frequentes e de fácil higienização.						
43	Ralador de alimentos confeccionado em aço inoxidável, tipo manual, com 4 faces de corte, apropriado para uso em cozinha, resistente e de fácil higienização. Medidas: 6,5Cx7, 5Lx22A						
44	Travessa de vidro refratário, dimensões aproximadas de 30 cm x 20 cm, resistente a altas temperaturas, transparente, própria para uso em forno convencional, micro-ondas, freezer e lava-louças.						
45	Xícara para café confeccionada de vidro, acompanhadas de pires, resistentes ao calor, apropriadas para bebidas quentes. Capacidade: de 75 a 90ml						
46	Xícara para chá confeccionada em porcelana resistente, na cor branca, capacidade aproximada de 220 ml, acompanhada de pires, apropriada para bebidas quentes e de						



	fácil higienização.						
--	---------------------	--	--	--	--	--	--

DATA DA PROPOSTA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

DADOS BANCÁRIOS DO BANCO DO BRASIL:

---

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



**TIMBRE**

**CNPJ DA EMPRESA**

**GRUPO 02**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
47	Caixa plástica organizadora, capacidade mínima de 20 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável e de fácil higienização.					
48	Caixa organizadora com capacidade mínima de 40 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável, resistente a impactos leves, com dimensões compatíveis à capacidade especificada.					
49	Caixa organizadora com capacidade mínima de 100 litros, confeccionada em plástico resistente tipo polipropileno, com tampa, empilhável, resistente a impactos leves, com dimensões compatíveis à capacidade especificada.					
50	Lixeira confeccionada em aço inoxidável polido, capacidade mínima de 5 litros, com tampa e pedal, cesto interno em polietileno, dimensões aproximadas de 22 cm de diâmetro e 32 cm de altura,					

	apropriada para coleta seletiva de resíduos					
51	Lixeira confeccionada em aço inoxidável polido, capacidade mínima de 10 litros, formato redondo, com tampa e pedal acoplados, ponteiros protetoras, apropriada para coleta de resíduos.					
52	Lixeira confeccionada em aço inoxidável, capacidade mínima de 20 litros, com tampa e pedal, dimensões aproximadas de 34 cm de diâmetro e 50 cm de altura, com dobradiça resistente, apropriada para coleta de resíduos.					
53	Lixeira confeccionada em plástico resistente, capacidade mínima de 30 litros, com tampa, de fácil higienização e resistente ao uso contínuo.					
54	Lixeira em plástico resistente, capacidade mínima de 60 litros, com tampa e acionamento por pedal metálico, formato retangular.					
55	Lixeira em plástico resistente, capacidade mínima de 100 litros, com tampa e acionamento por pedal metálico, formato retangular.					
56	Suporte para copos descartáveis de água, confeccionado em plástico resistente, compatível com copos descartáveis padrão, próprio para fixação em parede.					

57	Suporte duplo para copos descartáveis confeccionado em aço inox, compatível com copos descartáveis padrão de 80ml e 200ml, com porta colherzinha, <b>apropriado bancada.</b>					
58	Toalha de mesa confeccionada em material plástico impermeável, dimensões aproximadas de 1,00 m x 1,20 m, resistente à umidade e de fácil limpeza.					

DATA DA PROPOSTA:

VALIDADE DA PROPOSTA:

DADOS BANCÁRIOS DO BANCO DO BRASIL:

---

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**ANEXO V****MODELOS DE DECLARAÇÃO****MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)